

Educação e Desigualdades: entrevista com Gaudêncio Frigotto

Alexandre Reinaldo Protásio*, Mayara Cristina Vargas** e Neiva Afonso Oliveira***

Resumo

O presente artigo apresenta uma entrevista com o educador marxista Gaudêncio Frigotto, na qual dialoga com pesquisadores do FEPráxis (Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social) sobre as desigualdades inerentes ao modo de produção capitalista e suas relações com os processos educativos da classe trabalhadora. A fim de caracterizar o fenômeno das desigualdades, Frigotto aborda as relações entre educação e trabalho, educação e neoliberalismo, educação e mudanças climáticas, educação e direitos humanos, trabalho e natureza, base material e ideologia, educação e ideologia, entre outras. O elemento central da argumentação são as contradições de uma sociedade dividida em classes sociais que, igualmente, perpassam os processos educacionais. Assim, os sistemas educacionais, em especial dos países periféricos e dependentes, são os campos de experimentação das fórmulas capitalistas (e neoliberais), com o objetivo de testar os instrumentos de domesticação das massas populares, principalmente em tempos de “regressão da regressão”.

Palavras-chave: educação; desigualdades sociais; capitalismo.

Education and Inequalities: interview with Gaudêncio Frigotto

Abstract

This article presents an interview with Marxist educator Gaudêncio Frigotto, in which he engages in a dialogue with researchers of FEPráxis (Philosophy, Education and Social Praxis Research Group) about the inequalities inherent to the capitalist mode of production and their relationships with the educational processes of the working class. In order to characterize the phenomenon of inequalities, Frigotto addresses the relationships between education and work, education and neoliberalism, education and climate change, education and human rights, work and nature, material base and ideology, education and ideology, among others. The central element of the argument is the contradictions of a society divided into social classes that also permeate educational processes. Thus, educational systems, especially in peripheral and dependent countries, are the fields of experimentation of capitalist (and neoliberal) formulas, with the objective of testing the instruments of domestication of the popular masses, especially in times of “regression of regression”.

Keywords: education; social inequalities; capitalism.

Educación y desigualdades: entrevista a Gaudêncio Frigotto

Resumen

Este artículo presenta una entrevista con el pedagogo marxista Gaudêncio Frigotto, en la que dialoga con investigadores de FEPráxis (Grupo de Investigación en Filosofía, Educación y Praxis Social) sobre las desigualdades inherentes al modo de producción capitalista y sus relaciones con los procesos educativos de la clase trabajadora.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxis). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9504-7682>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2938641434805014>. E-mail: arprotasio@gmail.com.

** Especialista em Educação e mestranda na mesma área pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Membro do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxis). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6927-750X>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5206973978716037>. E-mail: vargasmayaracris@gmail.com.

*** Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Titular na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (FaE/UFPel). Líder do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxis). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5513-5530>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7408879749508088>. E-mail: neivaafonsooliveira@gmail.com.

Para caracterizar el fenómeno de las desigualdades, Frigotto aborda las relaciones entre educación y trabajo, educación y neoliberalismo, educación y cambio climático, educación y derechos humanos, trabajo y naturaleza, base material e ideología, educación e ideología, entre otras. El elemento central del argumento son las contradicciones de una sociedad dividida en clases sociales, que también permean los procesos educativos. Así, los sistemas educativos, especialmente en los países periféricos y dependientes, son campos de experimentación de fórmulas capitalistas (y neoliberales), con el objetivo de probar los instrumentos de domesticación de las masas populares, especialmente en tiempos de “regresión de la regresión”.

Palabras clave: educación; desigualdades sociales; capitalismo.

APRESENTAÇÃO

A presença do professor Gaudêncio Frigotto no debate educacional brasileiro dispensa apresentações, principalmente por suas importantes contribuições para a construção de uma escola emancipadora e progressista. Trata-se de uma presença marcante nos debates acadêmicos, considerando sua vasta produção teórica, mas sobretudo como quadro intelectual orgânico dos movimentos sociais brasileiros. Nesta entrevista, à luz do seu profundo conhecimento e intensa prática social, Frigotto oferece elementos teóricos fundamentais para pensarmos as desigualdades sociais, auxiliando, principalmente, pesquisadores e lideranças sociais que estão inseridos nas discussões públicas e acadêmicas.

Além disso, cabe destacar que a presente entrevista, concedida generosamente por escrito, ocorre em um contexto de escrita acadêmica, direcionada à construção de uma dissertação de mestrado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A mencionada dissertação é parte de uma intencionalidade de pesquisa coletiva, desenvolvida no interior do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social (FEPráxiS). A entrevista foi estruturada inicialmente pela mestranda, que desenvolveu as questões num processo de estreita discussão com sua orientadora e seu coorientador. A iniciativa integra o **Projeto FEPráxiS Entrevista**, que vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa há vários anos. No caso em questão, o eixo orientador do diálogo diz respeito às relações entre as desigualdades e a educação, tendo como pano de fundo a sociedade de classes capitalista. Nesse sentido, Frigotto oferece uma perspectiva teórica que vai além da conexão imediata, empiricamente verificável, entre a educação e as desigualdades, configurando um importante guia teórico para os pesquisadores interessados no aprofundamento da temática.

A educação, como veremos na formulação de Frigotto, é um dos campos teóricos onde podem ocorrer as discussões sobre as desigualdades sociais, econômicas, culturais, de

gênero, raça, entre outras – sobretudo no contexto brasileiro, onde as disparidades estão profunda e historicamente enraizadas no próprio processo de formação da sociedade brasileira, enquanto nação dependente e localizada na periferia do capitalismo global. Nesse sentido, Frigotto, renomado educador e pensador crítico, oferece uma análise atualizada e fundamental sobre como a educação pode ser tanto instrumento de dominação, quanto ferramenta de transformação da sociedade contemporânea.

Assim, a educação apresentada por Frigotto nesta entrevista está, de um lado, acossada pelo neoliberalismo e pelas forças ultra conservadoras e fascistas, forçada a moldar-se à condição de instrumento de dominação de uma classe sobre a outra; mas, por outro lado, também vicejam em seu interior projetos e programas político-pedagógicos que buscam resistir à e subverter a lógica destrutiva do capitalismo, o sistema da “regressão da regressão”, como diz o pensador gaúcho. Uma educação atravessada pelas mesmas contradições, incontornáveis e insolúveis no atual quadro societário, que fazem da sociedade do capital o caldo gerador da própria superação.

Gaudêncio Frigotto argumenta que a educação deve ser vista como uma ferramenta política e ideológica para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. Através da educação, os sujeitos da práxis podem desenvolver uma consciência crítica que os desafia a questionar as estruturas econômicas e de poder, que (re)produzem as desigualdades sociais. A perspectiva do educador marxista, nesse sentido, é fundamental para compreendermos com profundidade os mecanismos sociais, econômicos, culturais e ideológicos que transformam a educação nesse espaço contraditório de reprodução do *status quo* e, ao mesmo tempo, de amplas possibilidades de questionamentos das coisas como elas são e como aparecem aos sujeitos da práxis. Para Frigotto, os sujeitos da práxis estarão em condições de opor-se ao modelo societário do ultra individualismo, das ideologias do empreendedorismo, da empregabilidade e das competências, quando também construírem uma escola insertada política e ideologicamente nas lutas populares. Como, aliás, também defendem Paulo Freire (1921-1997) e Dermeval Saviani (1943-).

A análise de Gaudêncio Frigotto das relações entre a educação e as desigualdades é própria de um pensador marxista, profundo conhecedor da teoria social marxiana. Assim, a educação não é apresentada pelo marxista gaúcho como um conjunto de práticas e técnicas pretensamente neutras e distantes das lutas sociais. A educação que surge da crítica

gaudenciana revela uma superestrutura profundamente condicionada por estruturas sociais, econômicas e de classe, como não poderia ser diferente, considerando se tratar de uma análise marxista. A figuração da escola realizada por Gaudêncio Frigotto está perfeitamente alinhada à clássica fórmula marxiana: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 2008, p.47). Nesse sentido, o pensador marxista sugere que, para captarmos e compreendermos as contradições da educação brasileira, é essencial considerarmos o contexto do capitalismo periférico, onde as desigualdades se manifestam de maneira brutal e desumana. É nesta formação social periférica e dependente, nascida da violência do modelo escravocrata e comandada por uma elite econômica necrófila, colonizada e inculta, que o sistema educacional se constituiu – e serve, também, como um instrumento de dominação de classe.

Os leitores perceberão que são vários os temas abordados por Gaudêncio Frigotto nesta breve entrevista. Em um exercício de síntese, possível somente aos grandes pensadores, Gaudêncio Frigotto costura uma colcha muito coerente de determinações para caracterizar o fenômeno das desigualdades na sociedade capitalista, passando pelas relações entre educação e trabalho, educação e neoliberalismo, educação e mudanças climáticas, educação e direitos humanos, trabalho e natureza, base material e ideologia, educação e ideologia, entre outras. Sem nunca perder de vista o elemento central da sua argumentação: as contradições de uma sociedade dividida em classes sociais que, igualmente, perpassam os processos educacionais. E, dessa forma, a análise gaudenciana é muito precisa ao afirmar que os sistemas educacionais, em especial dos países periféricos e dependentes, são os campos de experimentação das fórmulas capitalistas (e neoliberais), com o objetivo de testar os instrumentos de domesticação das massas populares, principalmente em tempos de “regressão da regressão”. É preciso controlar as massas empobrecidas e a cada dia com menos direitos, impondo ideologias que culpabilizam as vítimas.

Trata-se de uma leitura exigente, principalmente pela densidade de temas, categorias e relações. Por isso, recomenda-se, inclusive, leituras conjuntas, apoiadas em grupos de estudo, de forma a enriquecer os debates marxistas nos espaços escolares, acadêmicos e no interior dos movimentos sociais. Textos como esse oferecem a oportunidade do aprendizado coletivo e do enriquecimento mútuo entre os sujeitos, o que é próprio das

classes sociais subalternas, para usar uma categoria gramsciana. Nós, os subalternos do mundo capitalista, aprendemos juntos e no fogo da luta social, tendo a sorte de contar com as elaborações teóricas e o envolvimento prático de intelectuais como Gaudêncio Frigotto. Boa leitura.

A EDUCAÇÃO E AS DESIGUALDADES SOCIAIS NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

FEPráxis: — *Professor Gaudêncio Frigotto, iniciemos abordando as relações entre a educação e a reprodução do modelo social. Karl Marx (1818-1883) argumenta que as estruturas econômicas determinam, em grande medida, as formas de organização social. Como o senhor enxerga a relação entre o sistema educacional brasileiro e a reprodução das desigualdades sociais no contexto do capitalismo periférico?*

G. Frigotto: — Diferente das análises que situam as formas que assumem historicamente a organização social ora determinada pela economia, esta concebida como um fator, ora pela cultura ou a política, Karl Marx define a economia pelo conjunto de relações sociais de produção que os seres humanos estabelecem, primeira e necessariamente, para responder às suas necessidades materiais (comer, beber, vestir, ter um teto para abrigar-se) e, a partir desta base material, as necessidades sociais, culturais, afetivas, lúdicas, etc. Karel Kosik (1926-2003) explicitou esta compreensão pelo que denominou de monismo materialista,

que compreende a realidade como um complexo construído e formado pela estrutura econômica, portanto, por um conjunto de relações sociais que os homens estabelecem na produção e no relacionamento com os meios de produção, pode constituir-se na base de uma coerente teoria das classes e ser o critério objetivo para a distinção entre mutações estruturais – que mudam o caráter da ordem social – e mudanças derivadas, secundárias, que modificam a ordem social, sem porém mudar essencialmente o seu caráter (Kosik, 1986, p. 105).

A desigualdade se constitui como elemento estrutural do modo de produção capitalista na configuração das classes fundamentais. De um lado, proprietários privados dos meios e instrumentos de produção, a burguesia e, do outro, a classe dos trabalhadores duplamente “livres”. Ou seja, trabalhadores não mais escravos, para estabelecer a relação jurídica formal de igualdade, mas, também, sem propriedade, a não ser de sua força de trabalho para ser vendida e explorada.

Nos países de capitalismo periférico e de relações de produção capitalistas tardias, a desigualdade assume dimensões de brutalidade e desumanidade que condenam milhões de pessoas à fome endêmica, ao desemprego estrutural ou ao trabalho aviltante das mais diversas faces, como a informalidade, a precarização da saúde, da habitação, saneamento básico e, no campo educacional, o analfabetismo e a negação de acesso democrático ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade.

O Brasil tem uma classe dominante, detentora do capital, que carrega o DNA escravocrata e colonizador e que mantém uma estrutura econômica e social das mais desiguais do mundo. A manutenção desta estrutura socioeconômica tem ocorrido mediante ditaduras e golpes de estado. E isto se reflete na desigualdade educacional, enquanto manutenção das estruturas de poder e propriedade – a ideologia da meritocracia, por exemplo, tem o papel de transformar a desigualdade socialmente produzida como sendo fruto do não mérito individual dos desigualizados. Mas, se há classes sociais, também há luta de classe e, como tal, a disputa da educação e do conhecimento que permitem desvelar o que a classe dominante busca mascarar.

FEPráxis: — *Entremos agora no tema da educação e do trabalho enquanto uma práxis emancipadora e um possível caminho para a suplantação do fenômeno da desigualdade social. Em suas obras, o senhor defende a indissociabilidade entre trabalho e educação. Como a concepção de trabalho em Marx pode contribuir para uma educação que seja, ao mesmo tempo, crítica e emancipadora?*

G. Frigotto: — Trata-se do caráter indissociável da relação entre trabalho e educação, que no sentido amplo, se efetiva nas relações sociais e, em sentido estrito, na educação escolar, tendo em Marx os fundamentos que nos definem como seres parte da natureza. Nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, Marx afirma:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesmo, pois o homem é uma parte da natureza (Marx, 2004, p. 84).

Todos os seres da natureza, de modo diverso, têm que necessariamente metabolizar matéria para que se mantenham vivos. E os seres humanos o fazem mediante o trabalho, cuja concepção Marx explicita de forma densa e clara no Livro I de O Capital:

Antes, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporeidade, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil à própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 1983, p. 149).

Esta apropriação de forma útil à própria vida é uma necessidade natural dos indivíduos em qualquer tempo histórico e, como tal, um direito e um dever de todos. Direito porque, se impedidos, os indivíduos perdem a possibilidade de produzir a matéria necessária para o metabolismo que os mantém vivos. Dever porque todos, independentemente da idade, necessitam comer e, portanto, contribuir no trabalho socialmente útil, produzindo os bens necessários à vida.

Por isso, a categoria de produção material é a categoria fundamental em Marx para efetivar a crítica à economia política burguesa. E Marx efetiva a crítica mostrando que o modo de produção capitalista estabelece a ruptura da conexão entre a natureza e o ser humano e instaura o trabalho alienado, onde a classe detentora do capital explora e se apropria de parte do trabalho do trabalhador.

A defesa de Marx do trabalho como valor de uso socialmente útil para prover as necessidades materiais desde a infância, dentro de rigorosa vigilância e combate ao trabalho explorado, se constitui num princípio educativo fundamental para a educação ao mesmo tempo crítica e emancipadora. Assim, critica as relações sociais de produção da existência sob o modo de produção capitalista que desenvolvem, no interior da velha sociedade, o gérmen da sociedade socialista, condição para a efetiva emancipação humana. O princípio educativo do trabalho socialmente útil, portanto, busca ao mesmo tempo internalizar desde a infância o caráter que não naturaliza a exploração de seres humanos sobre outros seres humanos.

Nesse sentido, é importante apoiar a proibição da exploração do trabalho infantil, regulamentada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mas não se pode confundir com a proibição de qualquer trabalho socialmente útil desde determinada idade da infância.

Proibição do trabalho infantil! Aqui, absolutamente necessário determinar o limite de idade. A proibição geral do trabalho infantil é incompatível com a existência da grande indústria e, por esta razão, um desejo vazio e piedoso. A aplicação desta proibição – se possível – seria reacionária, uma vez que, com uma rígida regulamentação da jornada de trabalho, segundo as diferentes faixas etárias e as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação de trabalho produtivo com instrução, desde tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual (Marx, 2012, p. 47-48).

Na minha avaliação, apenas o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) incorpora em sua pedagogia de forma programática, na sociedade e na escola, o princípio educativo do trabalho socialmente útil. Por tradição cultural, também os povos originários, indígenas e quilombolas, socializam no trabalho socialmente útil desde a infância. Há experiências isoladas de escolas de alternância que incorporam este princípio. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm em seus quadros docentes e técnicos que seguem este princípio e buscam trazê-lo no plano prático, mormente na extensão.

FEPráxis: — *A partir da perspectiva marxista, a educação frequentemente é vista como um instrumento de legitimação ideológica das relações de poder. Louis Althusser, por exemplo, a caracterizou como um dos aparelhos ideológicos do Estado. Como a pedagogia crítica pode romper com essa lógica e atuar como força transformadora?*

G. Frigotto: — Dermeval Saviani (1943-) é o intelectual educador que em seus livros e artigos traz a abordagem mais ampla e consistente sobre esta questão. No livro “Escola e Democracia”, cuja primeira edição foi em 1983, mas atualmente conta com cinco dezenas de novas edições, traz uma excelente síntese. Com efeito, classificou as teorias não-críticas da educação aquelas que entendem a escola apartada das relações sociais, marcadas pela desigualdade estrutural do sistema capitalista. É nesta visão que se apoia a ideologia de meritocracia.

As teorias crítico-reprodutivistas, dentro das quais se situa a tese da escola como aparelho ideológico do estado, reprodutor das relações sociais capitalistas. Nesta categoria, está incluída a “teoria da violência simbólica”, exercida no sistema de ensino e da escola dualista e que os organiza de forma desigual, de acordo com o pertencimento das classes e frações de classes sociais. Esta análise, como sustenta Saviani, têm um papel de denúncia de algo real e dominante na reprodução das relações sociais capitalistas e, enquanto tais, têm uma dimensão crítica importante. Todavia, desenvolvem uma postura fatalista e conformista, por não

considerarem que existe a luta de classes, onde a disputa do que se ensina e como se ensina na escola tem um papel para o entendimento dos mecanismos de dominação e de exploração.

A teoria histórico-crítica, elaborada por Dermeval Saviani (1991), por ter como base a herança teórica sobretudo de Marx, Friedrich Engels (1820-1895), Antonio Gramsci (1891-1937) e Vladimir Lenin (1870-1924), nega o caráter autônomo da escola e, igualmente, o seu papel exclusivamente reprodutivista, colocando a necessidade da disputa do conhecimento e dos valores que interessam à classe trabalhadora – vale dizer: conhecimentos e valores que se tornam força revolucionária no processo de superação do sistema capitalista. O que é importante ressaltar é o aspecto teórico-prático que engendra esta concepção. O HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Sociedade e Educação no Brasil – tem grupos integrados que conjugam estudo e prática. Sem dúvida, um importante aparelho de contra hegemonia na escola e na sociedade.

FEPráxis: — *O senhor tem destacado os impactos do neoliberalismo sobre a educação pública, particularmente no que tange à mercantilização, à privatização do ensino e a propagação da lógica da meritocracia como filosofia justificável para a naturalização da desigualdade social. Em que medida essas transformações aprofundam as desigualdades sociais e comprometem a possibilidade de uma educação emancipatória?*

G. Frigotto: — As concepções de educação sob o neoliberalismo, sua organização e gestão na escola, de fato, expressam uma “regressão da regressão” em relação ao ideário da revolução burguesa. A escola era vista como uma instituição da sociedade de caráter universal, pública, gratuita e laica, com a função de dar acesso ao conhecimento científico e cultural às novas gerações e como espaço de socialização. Um ideário que emprestava à escola um papel central na sociedade, ou seja, o de vencer, pelo conhecimento, a pobreza, a desigualdade, os problemas da saúde; e pela socialização, a construção de uma sociedade harmônica. Como exposto na questão anterior, trata-se de uma visão que ignora a natureza das relações sociais de produção da existência sob o modo de produção capitalista. Um sistema que supera a estrutura das classes sociais dos modos de produção antecedentes, mas que implanta uma nova relação de dominação de classe.

De todo modo, os países que realizaram revoluções burguesas clássicas estruturaram sistemas educacionais, mesmo que duais, que contribuíram para construir

sociedades onde a classe trabalhadora teve acesso ao conhecimento que facultou sua organização em sindicatos e partidos políticos. E que também lhes conferiu as bases de conhecimento para o trabalho complexo, facultando-lhes a negociação da venda de sua força de trabalho em condições menos desiguais. O mesmo não ocorreu nos países de capitalismo tardio, como o caso da América Latina, onde as classes dominantes locais se forjaram dentro da escola da escravidão e do colonizador. Classes dominantes que não tiveram como projeto a nação e organizaram sociedades de capitalismo dependente e de modernização conservadora. Para este projeto de classe, a universalização da educação básica não é necessária, mas contida ou negada. Esta opção de projeto de sociedade, analisada por Florestan Fernandes (1975), como sublinha, trouxe e continua trazendo consequências negativas na organização e nos direitos da classe trabalhadora, assim como para a possibilidade destas nações romperem com os ciclos de dependência.

Mesmo assim, até a década de 1950, a educação escolar básica, e mesmo superior, excetuando o ensino confessional, era pública, mesmo nos países de capitalismo dependente. A mudança que efetiva uma regressão na educação emana do acirramento da crise do sistema capitalista. E, ao contrário do que defende ideologia liberal de que a livre concorrência orientada pelo mercado, como uma força invisível, tende ao equilíbrio na sociedade, o que testemunhou o século XX foi um tempo de duas sangrentas Guerras Mundiais, a concentração de riquezas em poucas nações (e internamente) e a expansão do socialismo no Leste Europeu. O medo que rondava os intelectuais do sistema capitalista era de que o socialismo pudesse se alastrar em regiões pobres. A vitória da Revolução Cubana em 1959 acendeu o sinal vermelho.

Foi neste contexto que Theodore W. Schultz (1902-1998) formulou a noção de capital humano, entendida como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores adquiridos na educação e em saúde. O investimento público e privado em capital humano aumentaria a produtividade e daria um retorno superior a qualquer outro investimento. Isto permitiria diminuir a desigualdade entre nações e entre indivíduos. O viés de classe não permitia a Theodore Schultz perceber que os países e as famílias pobres não investem o suficiente em educação e saúde, justamente porque são pobres e não têm recursos para investir.

Esta noção foi a base das contra reformas na educação de todos os países da América Latina, especialmente do Chile, do Brasil e da Argentina sob as ditaduras empresariais-

militares. O resultado é que a desigualdade aumentou e a escola passou a ser organizada tendo como referência não mais a sociedade, mas o mercado. A educação escolar entrou na lógica mercantil e se ampliou, de início, o ensino superior privado e, em seguida, a multiplicação de escolas privadas na educação básica. Cabe registrar que os formuladores e defensores da ideologia do capital humano acreditavam que, mesmo de forma desigual, a educação poderia integrar a todos na sociedade.

A “regressão da regressão”, que altera o vocabulário pedagógico e radicaliza a mercantilização e privatização da educação sob a égide do receituário neoliberal, emerge como expressão superestrutural da nova fase global do modo de produção capitalista. Fase que se caracteriza por uma crise que, como demonstram os autores István Mészáros (1930-2017), David Harvey (1935-) e Eric Hobsbawm (1917-2012), a torna universal, pois atinge todas as esferas da vida; global, porque não se fixa numa região e, ainda que de forma diversa, atinge a todas as nações; e não mais cíclica, mas permanente e progressiva, o que pode tornar-se explosivo. Um tempo histórico em que a concorrência intercapitalista se acirra para manter e ampliar as taxas de lucro.

Crise para o capital é diminuição da taxa de lucro. É dentro desta realidade que os intelectuais do capital concluem não ser possível integrar a todos no emprego formal, mas só aqueles que mostrassem as competências exigidas pelo mercado. De outra parte, a contenção dos salários e a flexibilização dos direitos dos trabalhadores implicavam desestruturar suas organizações sindicais. A tese de Margaret Thatcher (1925-2013), conhecida como a *dama de ferro*, que por sua política ultraconservadora não via a sociedade, mas apenas os indivíduos, expressava a natureza deste novo tempo do capitalismo tardio, que nada de civilizatório poderia oferecer. O capital já não necessita de todos diretamente e, portanto, não há lugar para a estabilidade do trabalhador. Há apenas lugar para os mais “competentes” ou que desenvolvem ao longo de sua vida aquelas qualidades técnicas e psicossociais que interessam ao mercado. Cada indivíduo tem que, isoladamente, negociar o seu lugar e moldar-se com a flexibilidade que o mercado necessita e pelo tempo que necessita.

No âmbito escolar, um amplo conjunto de noções têm a função ideológica de trazer a realidade na sociedade e na escola de forma invertida. Busca, ainda, legitimar a orientação pedagógica dos conteúdos, da organização do trabalho escolar e dos valores pautados nos pelos critérios do mercado e na direta gestão privada de escolas públicas, como vivemos no Brasil

atualmente. Todas estas noções que trazem a realidade de forma invertida se apresentam com denominações atraentes: a) sociedade do conhecimento, dando a impressão que está disponível democraticamente a todos, quando na verdade é cada vez mais propriedade privada de poucas mega organizações privadas; b) qualidade total, trazida do mundo da produção de mercadorias e serviços para expressar menor tempo, menor custos e que os produtos realizem, pela venda, a mais valia extraída do trabalho humano; c) empregabilidade, uma noção que busca apagar da memória o direito ao emprego, já que este está dentro de um sistema de regulação social que garante um conjunto de direitos ao trabalhador defendido por suas organizações.

No plano curricular, duas noções expressam a adaptação da escola ao tipo de conhecimentos e valores que são demandados pelo mercado: pedagogia das competências e empreendedorismo. De imediato, os termos competência e empreendedor não são em si mesmos negativos. Ninguém é contra que se executem, em qualquer profissão, as atividades de forma competente e nem que as pessoas tenham iniciativas, projetos e empreendam. Mas outro é o sentido destes dois termos no contexto acima analisado do sistema capitalista.

Assim, a pedagogia das competências deriva de relações sociais concretas de ultra individualismo, de desmonte dos direitos sociais e coletivos e das políticas universais. Não se refere à educação integral e unitária e nem ao direito ao trabalho, mesmo que seja sob a forma de trabalho explorado, emprego. Vincula-se a uma visão mercantil e ao trabalho flexível, instável e precário. Trata-se do trabalhador buscar as competências que o mercado exige e adaptar-se a elas a qualquer preço ou, então, deixar o lugar para outrem. O “cardápio” de competências exigidas pelo mercado se amplia das intelectuais, sociais, culturais às emocionais e afetivas.

A noção de empreendedorismo busca estimular a ser dono do próprio negócio, patrão de si mesmo. Desloca, deste modo, a responsabilidade para a grande massa de trabalhadores que por diferentes razões não são necessários ou não se enquadram nas exigências do mercado, para que busquem a sobrevivência por conta própria. Para a grande maioria, trata-se de um convite ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais.

Do que acabamos de expor sucintamente não é difícil deduzir que se trata de novos fetiches mercantis e que explicitam um contexto de “regressão da regressão” nas relações sociais e educacionais. E a ideologia da meritocracia, por sua vez, busca naturalizar este ideário

social educacional. Isto explica um tempo histórico de aumento da desigualdade em todo mundo e o ataque ao pensamento crítico por forças políticas de extrema direita e com projetos nazifascistas. As concepções e práticas políticas de natureza fascistas no Brasil foram galvanizadas e ampliadas ao longo dos quatro anos do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

A amplitude de forças sociais na sociedade que se pautam pelas teses nazifascistas permanecem e não podem ser subestimadas. A arquitetura do golpe de Estado, com a estratégia de assassinar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, anunciou o que pode ocorrer se retornarem ao poder. O que culminou na depredação dos Três Poderes da República em 8 de janeiro de 2023.

FEPráxis: — *Na obra de Marx, a superação da desigualdade está vinculada à abolição das classes sociais. Como o senhor avalia o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades como o Brasil.*

G. Frigotto: — O enunciado da questão de imediato coloca de forma correta que tanto a superação da injustiça, quanto da desigualdade, está condicionada à superação das classes sociais do modo de produção capitalista. E, do ponto de vista de Marx e Engels, sob o capitalismo a matriz fundamental do conjunto de injustiças e desigualdades está na forma como os seres humanos se relacionam na produção material.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (Marx; Engels, 2007, p. 87).

Sob este aspecto, pode-se afirmar que o sistema do capital, que a sociedade capitalista produz e reproduz, é intrinsecamente produtor de injustiça e de desigualdade. E a injustiça e a desigualdade produzidas na base material da produção e reprodução da vida dos

seres humanos reverberam em todas as esferas da vida. O sentido de justiça e de igualdade de que trata o direito positivo está condicionado por esta base de relações sociais estruturalmente injustas e desiguais. A sociedade de classes é antitética ao senso de justiça e de igualdade que Marx expressa no seguinte princípio: “de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”.

Mas na citação acima (de Marx e Engels), encontramos um posicionamento de que os seres humanos fazem a sua história nas condições não por eles inicialmente produzidas, mas pelas condições já dadas. Ou seja, a luta pela justiça e pela igualdade não se assenta esperando que o capitalismo acabe espontaneamente, pois isto desvia justamente da luta para criar as condições históricas de sua superação. E, neste sentido, a educação, na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, tem um papel central na formação de gerações com uma base de conhecimentos e de valores anticapitalistas, condições para que se organizem na luta por conquistas no plano da justiça social e da igualdade. Os tempos regressivos na sociedade e na educação não podem ser motivo de posturas fatalistas e imobilistas. Penso que o que Florestan Fernandes nos coloca sobre os círculos da história é fundamental em qualquer luta: “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que fecham ou abrem os circuitos da história” (Fernandes, 1977. p. 5).

***FEPráxis:** — Em nome do Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Práxis Social, agradecemos sua disponibilidade para atender ao nosso convite, no âmbito do projeto **FEPráxis Entrevista**. Sua contribuição é extremamente relevante para as pesquisas e discussões que desenvolvemos nesse espaço coletivo. Obrigado Prof. Gaudêncio Frigotto.*

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. **Os círculos da história**. São Paulo, HUCITEC, 1977.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- KOSIK, Karel, **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, Karl, **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. São Paulo, Editora Boitempo, 2004.
- MARX, Karl **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**, São Paulo: Cortez Autores Associados, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica, primeiras aproximações**, Campinas: Autores Associados, 1991.

Recebido em: *Março/2025*.

Aprovado em: *Outubro/2025*.